



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável - Jequitinhonha

Processo: 85442/2006/001/2006
Documento: 235789/2007



Pag.: 077

1. Introdução:

Dispõe o presente sobre a análise jurídica do **pedido de reconsideração** formulado pela empresa "**Posto Bodão Ltda.**", com nº. de CNPJ 42.921.999/001-51, com sede a Rua Diamantina, nº. 1174, na cidade de Itamarandiba/MG, contra decisão da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha do COPAM prolatada na 18ª Reunião Ordinária realizada no dia 12/03/2007, na cidade de Diamantina/MG, que manteve a aplicação da penalidade de multa, no valor de R\$ 10.641,00, consubstanciada no Auto de Infração nº. 3266/2006, que teve como embasamento legal o art.19, § 3º, item 6 do Decreto Estadual nº. 39424/98, vigente a época da infração, pela irregularidade abaixo descrita:

"Art.19 (...)

§ 3º - São consideradas infrações gravíssimas:

6. Causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural" grifo nosso

2. Discussão:

Insurge a empresa contra a decisão emanada pela Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha do COPAM, em síntese com a alegação de o que acidente provocado pelo caminhão-tanque, que transportava combustíveis, ocorrido na BR 367, km 603, no limite dos Municípios de Datas e Diamantina, foi resultado de uma fatalidade, não tendo o condutor do veículo agido com culpa, seja por imperícia, imprudência ou negligência, pleiteando dessa maneira a reforma da decisão, com o cancelamento da infração aplicada.

Tempestivo o presente recurso/pedido de reconsideração.

O deslinde da questão encontrará amparo legal na **responsabilidade civil por dano ambiental**.

No âmbito do Direito Ambiental adota-se a **responsabilidade civil objetiva**, fundamentada no risco da atividade.

A responsabilidade civil dita objetiva prescinde de comprovação da culpa para a ocorrência do dano indenizável. Basta haver o dano e o nexo de causalidade para justificar a responsabilidade civil do agente.

R.
Weyfer



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável - Jequitinhonha

Processo: 05442/2006/001/2006
Documento: 235789/2007



Pag.: 078

Coube à Lei nº. 6.938/81, instituidora da Política Nacional do Meio Ambiente instituir a responsabilidade objetiva em matéria ambiental, fundamentada no seu artigo 14, parágrafo 1º, *in verbis*:

“Art 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

(....)

§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.” grifo nosso

A própria Constituição Federal de 1988 incorporou a **responsabilidade objetiva ambiental** proclamada pela legislação ordinária ao mencionar no **parágrafo 3º do seu artigo 225**, que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os degradadores a reparar os danos causados, não fazendo qualquer menção da existência de culpa na atuação do agente causador do dano ambiental.

Assim, havendo uma atividade que cause dano ambiental, necessária se faz a responsabilização pelo risco ambiental proveniente desta atividade, **não há de perquirir se a atividade estava isenta de culpa ou se estava acobertada por excludentes de força maior ou estado de necessidade.**

Quando houver dano ao meio ambiente, surge a responsabilidade civil objetiva, aquela que vige, independentemente da existência de culpa, sob a modalidade do risco integral, que não admite qualquer excludente de responsabilidade.

Mesmo se tratando de contencioso administrativo, cabe aqui citar decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, neste sentido, *in verbis*:

“AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DANO AO MEIO AMBIENTE - DERRAMAMENTO DE SODA CÁUSTICA EM Córrego - MORTE DE PEIXES - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - RESSARCIMENTO NA FORMA ESPECÍFICA - PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO INTEGRAL - DESPROPORCIONALIDADE SUBSTANCIAL NÃO COMPROVADA - RECURSO IMPROVIDO . O agente é responsável pela reparação do meio ambiente, ou indenização, independentemente da análise subjetividade da ação; assim, a responsabilidade pelo dano ambiental prescinde

Praça Dom Joaquim, 112 – Centro – Diamantina – MG
CEP.39.100-000 – Tel: (38) 3531-2650 / e.mail:urjeq@copam.mg.gov.br

R. 17



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável - Jequitinhonha

Processo: 85442/2006/001/2006
Documento: 235789/2007



Pag.: 079

da pesquisa da culpa latu sensu e, em certos casos, do próprio nexo causal, eis que, a mera sucessão pode gerar o direito de reparar. Pelo princípio da reparação integral, todo aquele que causar um dano ao ambiente deve arcar com as conseqüências patrimoniais de seu ato, não se restringindo apenas à recomposição dos danos causados, mas também o custo de trabalhos e instalações necessárias para corrigir a deteriorização ambiental ocorrida, inclusive no que se refere à prevenção. A impossibilidade do ressarcimento na forma específica somente sede passo, consoante a melhor doutrina, diante de uma desproporcionalidade substancial. (Apelação nº. 1.0105.03.095207-8/001 (1) – Relator – Juiz Alvim Soares – Data da Publicação: 13/09/2005. grifo nosso

Insta frisar que a empresa autuada foi incurso em infração tipificada como gravíssima, por poluir e degradar o meio ambiente, em decorrência do acidente ocorrido com o caminhão-tanque, que transportava combustível, causando danos ao solo, à água e a vegetação do local do acidente, conforme fartamente demonstrado em parecer técnico elaborado (fls.61/62).

Entendemos, por fim, que carece de amparo legal a pretensão da empresa quanto à inexigibilidade da aplicação da penalidade, sugerindo a manutenção da decisão proferida pela Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha do COPAM, quando da realização da 18ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 12/03/2007, na cidade de Diamantina/MG.

É o parecer, s.m.j

4. Parecer Conclusivo

Favorável à aplicação de penalidade: () Não (X) Sim

5. Data / Responsável

Data: 15 de Maio de 2007.		Assinatura / Carimbo	
Responsável(s) Rosane de Moraes – Assessora Jurídica		Rosane de Moraes Assessora Jurídica - MASP 1138370-0 SUPRAM Jequitinhonha/SEMAD	
Wesley Alexandre de Paula – Analista Ambiental.		Wesley A. Paula Wesley Alexandre de Paula Analista Ambiental - MASP 1107056-2 SUPRAM Jequitinhonha/SEMAD	
De acordo: Eliana Piedade Alves Machado Superintendente Regional de Meio Ambiente		Eliana Piedade Alves Machado Superintendente - MASP 1020665-4 SUPRAM Jequitinhonha/SEMAD	

Praça Dom Joaquim, 112 – Centro – Diamantina – MG
CEP.39.100-000 – Tel: (38) 3531-2650 / e.mail:urjjeq@copam.mg.gov.br